

Novembro de 2016



**GOVERNO DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE**

[GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017]

Índice

Economia Nacional	8
Grandes Opções de Plano 2017	20
Sector privado e atracção de investimento	21
Medidas/acções	25
Pescas	26
Comércio e Indústria	27
Planeamento e Estatística	29
Administração Pública	30
Programa: Desenvolvimento Institucional e Modernização Administrativa	30
Reforçar as Finanças Públicas	32
Infraestruturas	33
Infraestruturas de transportes	33
Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente	35
Meio Ambiente	35
Energia.....	36
Água	37
Saneamento	38
Obras Públicas e Urbanismo e Ordenamento do território	39
Eixo II- Aposta na coesão social e na credibilização externa de São Tomé e Príncipe	40
Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação	40
Educação e Formação.....	40
Saúde.....	43
Comunicação social.....	48
Juventude e Desporto	48
Cultura.....	49
Política externa e cooperação internacional	50
Defesa	51
Segurança Pública e Ordem Interna	52

Siglas e Abreviaturas

APCI	Agência de Promoção do Comércio e Investimento
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CE	Crédito à Economia
CEAC	Comunidade Económica dos Estados de África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CIAT	Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
CLG	Crédito Líquido ao Governo
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CNNC	Comissão Nacional de Negociação Comercial
DAF	Direcção Administrativa e Financeira
DES	Direito Especial de Saque
DGRNE	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
EN3	Estrada Nacional nº 3
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização de Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOP	Grandes Opções do Plano
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.
HIV/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ICAO	Organização da Aviação Civil Internacional
IEC	Informação, Educação e Comunicação
INAC	Instituto Nacional de Aviação Civil
IDA	Associação para o Desenvolvimento Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
PIC	Polícia de Investigação Criminal
MADR	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
M0	Circulação Monetária + Reserva
M1	M0 + Depósito à Ordem
M2	M1 + Depósitos à Prazo
M3	M2+ Depósitos em ME
ME	Moeda Estrangeira
MECC	Ministério da Educação, Cultura e Ciência

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017

MJD	Ministério de Juventude e Desporto
MN	Moeda Nacional
MVA	Mega Volte Amperes
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGE	Orçamento Geral de Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
RAP	Região Autónoma de Príncipe
RIB	Reservas Internacionais Brutas
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
RMC	Reserva Mínima de Caixa
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNP	Sistema Nacional de Planeamento
SNS	Sistema Nacional de Saúde
STP	São Tomé e Príncipe
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TOFE	Tabela de Operações Financeiras do Estado
UA	União Africana
UCA	Unidade de Coordenação das Ajudas
VOR-DME	VHF Omnidirectional Range (VOR) and Distance Measuring Equipment (DME)
WEO	World Economic Outlook
ZE	Zona Euro
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Introdução

O presente documento das Grandes Opções de Plano (GOP) constitui um instrumento de operacionalização dos objectivos de políticas económicas e sociais estabelecidos no Programa do XVI Governo Constitucional para o ano 2017. A sua elaboração tem por base as lições tiradas da implementação das GOPs precedentes e articula-se com a Agenda de Transformação 2030, o Programa do XVI Governo Constitucional, os documentos de política sectorial, bem como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, e serve de orientação para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2017.

Atendendo o actual contexto de maior estabilidade político-constitucional, o presente documento constitui uma oportunidade ímpar para a implementação de reformas e reorientação das intervenções do governo em prol de crescimento económico e melhoria de condições de vida dos santomenses, principalmente os mais desfavorecidos.

A redução da pobreza e a melhoria das condições de vida da população santomense constituem os objetivos prioritários do Programa do XVI Governo. A concretização destes objetivos depende da capacidade de conceber e implementar políticas económicas e sociais suscetíveis de sustentar o crescimento, criar empregos e gerar rendimentos para a população.

Neste contexto, para o ano económico 2017, os domínios prioritários de intervenção são os seguintes: melhoria do desempenho da administração pública; ii) consolidação da estabilidade macroeconómica; iii) modernização das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, bem como a; expansão da rede de distribuição de energia eléctrica, iv) aumento da produção agrícola e garantia da segurança alimentar e nutricional das populações; v) consolidação dos ganhos no que se refere ao ambiente de negócio; vi) melhoria de acessos aos serviços sociais de base (saúde, educação e protecção social).

O Governo primará pela promoção da economia de serviços nas oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação, bem como pelo turismo.

Nesta perspectiva, o presente documento faz o diagnóstico sectorial, indica os progressos efectuados, os constrangimentos ainda existentes e propõe programas e medidas que possam remover ou reduzir esses constrangimentos identificados.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017

O documento está estruturado em três capítulos, disposto como se segue: a) Enquadramento macroeconómico; b) Balanço da implementação das GOP de 2016; c) Eixos estratégicos e principais linhas de actuação;

Perspectivas Macro-económicas para 2017

Economia internacional

O último relatório do Panorama da Economia Mundial elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de Outubro de 2016, aponta inequivocamente um abrandamento do crescimento da economia mundial em 2016 (3,1%) face ao registado em 2015 (3,2%) e uma recuperação em 2017 (3,4%).

No seio das economias avançadas, o FMI prevê um crescimento moderado da economia dos Estados Unidos da América (EUA) na ordem de 1,6% em 2016 e 2,2% em 2017. Com a saída do Reino Unido da Zona Euro em Junho, a economia da Zona Euro deverá decrescer de 1,7% em 2016 para 1,5% em 2017, embora com uma evolução distinta entre os Estados-membros. Portugal, principal parceiro comercial de São Tomé e Príncipe na Zona Euro, deverá crescer 1% em 2016 e 1,1% no ano seguinte, associado à uma recuperação moderada da actividade económica.

O Relatório *África Pulsô* do Banco Mundial de Setembro de 2016, revela que o fraco desempenho económico agregado que se tem observado no continente, deve-se essencialmente ao reflexo da deterioração do desempenho económico das maiores economias do continente, devido à baixa verificada nas receitas do petróleo e à diversificação limitada das suas economias.

Para o conjunto dos países de África Subsariana, o mesmo relatório aponta um abrandamento do crescimento em 2016 (1,4%), face ao ano 2015 (3,4%) e uma recuperação lenta em 2017 (2,9%). Quanto aos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o destaque em 2016 vai para a Guiné Bissau com uma taxa de crescimento prevista de 4,8% e 5% em 2017, perdendo a liderança para Moçambique em 2017 (5,5%). Enquanto isso, a Guiné Equatorial deve registar um decrescimento na ordem dos (- 9,9%) em 2016, recuperando em 2017 com um crescimento de (- 5,8%). Os restantes países lusófonos apresentam previsões positivas, embora relativamente modestas.

Até ao final do corrente ano o relatório do FMI de Outubro de 2016, aponta para uma taxa de inflação positiva na generalidade das economias avançadas atingindo 0,8%, e para 2017 (1,7%), enquanto que no conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, prevê-se uma taxa de inflação de 4,5% em 2016 e 4,4% em 2017. A

Zona Euro deverá registar uma taxa de inflação à volta de 0,3% em 2016 e de 1,1% em 2017.

Na África Subsariana a inflação atingirá 11,3% neste ano e 10,8% no ano seguinte.

Apesar da incerteza económica mundial gerada pela saída do Reino Unido da União Europeia em 2016 e aos graves problemas sociais que afectam a Europa e o mundo em geral, derivados essencialmente da crise dos migrantes e do recrudescimento do terrorismo, bem como a descida do preço das matérias-primas, segundo o relatório da FMI, pode-se concluir que o ano 2017 terá uma recuperação no crescimento de todas economias.

Economia Nacional

Em termos globais, as informações disponíveis apontam que a actividade económica ao longo do primeiro semestre deste ano manteve-se ligeiramente abaixo das expectativas, não obstante a recuperação nas receitas do turismo e uma melhor produção de cacau. A baixa de actividade económica que se vem registando ao longo do ano deve-se, por um lado, ao atraso no desembolso dos financiamentos externos com impacto na não execução de projectos de investimento público e, por outro, o crescimento bastante lento do crédito à economia. Em consequência, o produto interno bruto para 2016 deverá crescer a um ritmo menos acelerado em relação ao que inicialmente se previa (5%) situando ao mesmo nível do valor registado em 2015, que foi de 4%.

Contudo, espera-se que em 2017, o desempenho da economia santomense possa melhorar e alcançar um crescimento na ordem dos 5%, na expectativa de que, por um lado, o comportamento da economia global possa melhorar e, por outro, se registre o aumento do volume das exportações resultante do aumento do fluxo turístico e do aumento da produção do cacau, dos investimentos públicos e privados, particularmente este último, em consequência das reformas visando uma maior atracção de investimentos privados estrangeiros.

Inflação

A inflação tem registado uma tendência decrescente iniciada desde 2010 de 12,9%, devido à combinação de vários factores, como a estabilidade da moeda nacional face ao Euro em vigor desde 2010, à disciplina orçamental, à ausência de choques do lado da oferta e às reformas em curso visando o crescimento. Estas medidas favoreceram a desaceleração da taxa de inflação até o final do ano 2015 (4,0%), valor inferior aos períodos homólogos anteriores. A **inflação** acumulada e a variação homóloga até Setembro do presente ano foram de 4,1% e 5,8%, respectivamente, contra os 2,4% e 4,8% observados nos períodos homólogos de 2015. A inversão da tendência inflacionista registada em 2016, deve-se essencialmente à mudança da composição do cabaz do Índice de Preços ao Consumidor, ao aumento dos preços de bens alimentares e aos factores sazonais. Em consequência, prevê-se que a inflação alcance a cifra de 5,5% até o final do ano em curso, invertendo-se posteriormente para estabilizar em torno dos 3% a partir de 2017, e evoluir para os níveis da Zona Euro.

Finanças Públicas

O desempenho das finanças públicas tem sido marcado pela estabilidade do défice primário doméstico à volta dos 2,7% do PIB no ano 2015. Pelo que, os esforços estão sendo consentidos para que este indicador baixe para 2% do PIB em 2016. Esta tendência de estabilização deverá continuar em 2017, à volta dos 1,8% do PIB, com o pressuposto de que o seu alcance estará assente essencialmente num aumento de arrecadação de receitas em torno dos 16,4% do PIB, mais 0,7% do PIB do que o previsto até finais de 2016, e da realização de despesas com o pessoal em torno dos 8,5% do PIB, menos 0,2% do PIB do que o previsto também no mesmo período, visto que o Governo está empenhado em continuar com as medidas de consolidação orçamental.

Comércio externo

Os dados provisórios da balança comercial disponibilizados pelo INE, inerente ao primeiro semestre de 2016, indicam um aumento das importações de 9,6% em relação ao período homólogo de 2015, influenciado pelo aumento da quantidade importada dos produtos alimentares, insumos agrícolas e combustíveis. Quanto às exportações, estas conheceram melhorias, tendo aumentado 34,1% face ao período homólogo de 2015,

decorrente do aumento em quantidade exportada do cacau e do café, coadjuvado com a valorização do preço do cacau no mercado internacional.

Na expectativa de que o valor das exportações, até finais de 2016, venha a situar-se em torno do dobro do valor alcançado no primeiro semestre e o valor das importações também duplicar no mesmo período, o défice da balança comercial, poderá atingir certamente uma cifra que não será superior a 2.718,0 milhões de Dobras, representando deste modo uma melhoria em relação ao ano 2015.

A diversificação e o aumento das exportações, com o contributo do fluxo turístico e uma melhor produção de cacau que se vem registando, são factores que poderão proporcionar uma melhoria das exportações, assim como a diminuição do défice da conta corrente.

Sector monetário e financeiro

De Setembro de 2015 a Setembro de 2016, verificou-se uma expansão da massa monetária na ordem dos 3%, estimulada sobretudo pelo crescimento do crédito à economia que atingiu 2.009 milhões de dobrás, o que representa um crescimento de 1.1%. O agregado monetário M3 (massa monetária) atingiu 2.689 mil milhões de Dobras contra 2.611 mil milhões do período homólogo de 2015, e esta evolução advém também da queda do Crédito Líquido ao Governo.

Apesar desta conjuntura desfavorável, as reservas internacionais líquidas registaram uma ligeira melhoria no segundo trimestre de 2016 em relação ao primeiro trimestre de 2016, 51,21 milhões de Dólares, que representa 3,20 meses de importações, os dados disponíveis apontam para 4,2 meses de importação até final de 2016, situação considerada ainda confortável, uma vez que o valor crítico, de acordo com o padrão internacionalmente aceite, não deve se situar abaixo de 3 meses de importação, para o ano de 2017, espera-se uma ligeira melhoria.

BREVE ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ACÇÕES IMPLEMENTADAS EM 2016

Neste capítulo apresenta-se o ponto de situação das principais acções realizadas, nos diferentes domínios de intervenção para o cumprimento das medidas plasmadas nas GOP 2016, de acordo com os eixos do Programa do Governo.

Relativamente ao Eixo I (Aposta no crescimento económico gerador do emprego), que visa criar condições para valorizar o potencial dos sectores tradicionais da economia são-tomense e promover o desenvolvimento de novos sectores, realça-se realizações nos seguintes domínios:

Pescas

Os esforços empreendidos visaram a melhoria das condições de higiene e de conservação de pescado, através de, aquisição e instalação de câmaras frigoríficas destinadas à conservação de pescado; Seguimento de proximidade da pesca artesanal em 43 comunidades piscatórias; melhoria de rendimento das palaiês e pescadores resultante do aumento sustentável de captura, através de concepção de meios e equipamentos mais adequados aos mesmos.

Comércio

A actuação do governo foi direccionada para o reforço do processo de integração regional a nível de Comércio na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) e no Sistema Comercial Mundial.

- i) Como forma de dinamizar as actividades comerciais, procedeu-se à redução do tempo para emissão de Licenças, Alvarás e Certificados Comerciais para os utentes do Distrito de Água Grande para o prazo máximo de 48 horas e dos demais Distritos no próprio dia; aplicação dos procedimentos de licenciamento para abertura e funcionamento dos Postos de Revenda e Bombas de combustíveis, lubrificantes e gás.

Agricultura

Foram desenvolvidas acções para incentivar o aumento da produção, da produtividade e diversificação agrícola, a saber: a) aquisição de mais de 300kgs sementes hortícolas de boa qualidade; b) aquisição de cerca de 12 estufas agrícolas para a produção hortícola em ambiente protegido, assim como aquisição de 50 tendas para realização de eventos agrícolas, e 7 abrigos; c) aquisição de 27 toneladas de sulfato de cobre e 12 de cal, tendo os agricultores beneficiado com a subvenção desses produtos em mais de um bilhão de

dobras; d) foram capacitados, 106 horticultores dos distritos de Lobata e RAP, 15 transformadoras em produtos hortícolas em parceria com QUA-TELA; e) Foram ainda distribuídos aos agricultores alguns materiais e insumos agrícolas, com destaque para 7 moto-carinhas, sendo 5 para Lobata e 2 para RAP, e 3 moto-cultivadoras (2 São Tomé e 1 RAP); f) construção de 6 blocos de apartamentos/casas sociais em Uba Budo Praia, beneficiando cerca de 12 famílias; g) aplicação da mecanização e utilização de compostagem; h) reabilitação de três abrigos que servem de apoio para a produção de viveiros cuja finalidade é de fornecer material vegetal em boas condições fitossanitária; i) construção e/ou reabilitação de sistema de irrigação; j) acções de formação e capacitação de extensionistas e agricultores em técnicas de gestão agrícola, tendo sido possível formar 15 extensionistas e 80 produtores rurais.

No quadro de desenvolvimento de culturas alimentares, foram distribuídas mais de 12 toneladas de sementes de milho, 1 tonelada de Soja, mais 400.000 plantas/estacas de mandioca, 500.000 plantas de matabala branca e 250.000 plantas de matabala vermelha, 8.000 estacas de batata-doce, nas comunidades potenciais, tendo beneficiado cerca de 750 produtores.

Na perspectiva de familiarizar os técnicos no processo de integração às mudanças climáticas no sector agrícola, foram capacitados 40 técnicos do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural e das Câmaras Distritais. Também foram formados 50 gestores e 100 membros da organização dos produtores em Gestão de Infra-estruturas Rurais.

De referir ainda, que no âmbito de incentivo ao aumento da produção, é de realçar as actividades desenvolvidas no novo Mercado de Penha, na localidade de Boa Morte, que se encontra em pleno funcionamento e com Feiras Quinzenais. Durante o presente ano já foram realizados cerca de 18 feiras, tendo transaccionado mais de 1000 Toneladas de produtos alimentares, e um volume de negócio na ordem de 15 bilhões de dobrás.

Relativamente à **Pecuária**, centrou-se na intensificação da produção avícola, com a produção local de 1.889 pintos do dia; importação de 3.500 pintos do dia para frangos de carne; importação 4.320 ovos de frangos de carne e galinha de campo para incubação.

Em 2016 no quadro de suinicultura reforçou-se a assistência técnica aos produtores; construiu-se um Centro de reprodução de suínos em Nova Olinda; reabilitou-se uma pocilga em Bela Vista na Região Autónoma do Príncipe com capacidade para 90 suínos;

foram distribuídos para engorda 320 leitões; entregues à crédito 75 suínos e vendidos 22 a criadores com experiência, e por outro foram beneficiadas mais 3 associações de criadores, nomeadamente, ANGI MUALA em Colónia Açoriana, AMEST em Chácara e Boca Bela em Santa Catarina. Até presente data foram vendidos cerca de 18,2 toneladas e espera-se durante a época natalícia atingir 25 toneladas de carne.

No que concerne ao Sector **Florestal**, durante o último ano, destaca-se uma melhoria bastante significativa, quer ao nível de produção de mudas florestais, quer ao nível da sensibilização, e fiscalização. Através da DAF/MADR o sector viu melhorado e alterado a sua estrutura física, a requalificação do Viveiro Central e foi também beneficiado de alguns equipamentos de medição e materiais de escritório. É de salientar que em parceria com a Direcção de Agripalma foi instalado o viveiro em que se produziu 2.000 mudas florestais para o povoamento da área degradada. Por outro lado em parceria com a Cooperativa CECAQ-11 está em curso o processo de reflorestamento de mais de 5ha na comunidade de Pedroma. Até o final do ano prevê-se a produção demais de 7.000 mudas florestais. Quanto as actividades de sensibilização foram lavados a cabo palestras em todos os Distritos (Câmaras Distritais) do País no âmbito de comemoração do dia 21 de Março, dia Internacional das Florestas. Relativamente as actividades de controlo e fiscalização, foram efectuadas 2 visitas aos postos de vendas, 48 motos serras apreendidas, 26.262m³ de materiais apreendidos, 38 motosserras registadas, 623 autorizações emitidas, 360 vistorias realizadas, 43 fiscalizações realizadas e 1.478 árvores autorizadas para o abate e serragem.

Finanças Públicas

Está em curso um programa de reforma que visa modernizar e otimizar o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE). Neste sentido, com vista a reforçar o controlo das despesas, transparência e prestação de contas e a descentralização orçamenta foram realizadas várias acções das quais se destacam: (i) descentralização do Sistema Electrónico da Administração Financeira do Estado pelas DAFs da Administração Central e pelos principais órgãos de controlo nomeadamente Inspecção Geral das Finanças, Tribunal de Contas e Instituto Nacional de Estatística; (ii) Realização do estudo diagnóstico do SAFE ãe que permitiu conhecer o estado das finanças públicas ao nível interno e externo, bem como as fraquezas e as forças do sistema; Elaboração do plano de melhoria do SAFE (e) (iii) Elaboração de vários documentos com vista a reforçar a capacidade institucional do Tribunal de Contas,

Inspecção Geral das Finanças e Direcção dos Impostos nomeadamente: a nova versão da Conta Geral do Estado com abordagem orçamental; Manual da Conta Geral do Estado e revisão legislativa do TIC e o estudo para definição do tipo de IVA, taxa e limiar de tributação; (iv) Reforço da capacidade técnica do pessoal das DAFs e dos organismos autónomos no domínio de gestão orçamental e financeira e aplicação do SAFE, tendo esta acção permitido a uniformização de conceitos e procedimentos de gestão orçamental e financeira no SAFE; Capacitação de 5 técnicos do Ministério das Finanças sobre o Quadro fiscal de Médio Prazo em Angola e visitas de estudo à Cabo Verde com o propósito de se inteirar sobre a utilização de sistemas de registo e reporte de informação fiscal e orçamental.

No que concerne à gestão das receitas do Estado procedeu-se à inclusão das receitas dos Serviços do Registo e Notariado na conta única do Tesouro; o alargamento da base tributária através de utilização de critérios internacionalmente aceite para diminuir os efeitos da subfacturação, bem como o reforço da capacidade aduaneira na arrecadação das receitas.

No que concerne às Infraestruturas Económicas e Sociais - diversas acções foram realizadas, visando criar condições logísticas fundamentais com o propósito de diversificar a economia, alargar as oportunidades de criação de riqueza e geração de emprego, através de investimentos nas infraestruturas energéticas, aeroportuárias, rodoviárias e água.

Energia

A prioridade foi para a melhoria de qualidade, aumento da capacidade de produção e alargamento da capacidade de distribuição. Para o efeito, os investimentos incidiram na aquisição e instalação de três Grupos de geradores com potência individual de 2.5 MVA, transformadores e quadros eléctricos, para central eléctrica de Santo Amaro II.

Aeroporto

Foi efectuada a aquisição de detectores de metais para reforçar a segurança dos aeroportos e dos passageiros; capacitação em Espanha de 16 técnicos no domínio de segurança aeroportuária, electrónica, electricidade e operações, com vista a melhorar a qualidade técnica dos quadros da ENASA e melhor responder às exigências internacionais; enfim, foi reabilitado o quartel dos bombeiros do aeroporto.

Meteorologia

Foram instaladas 24 estações hidro-meteorológicas que irão permitir aumentar a cobertura nacional de fornecimento de dados hidro-meteorológicos passando de 20% a 60%.

Infraestruturas rodoviárias - esforços foram empreendidos na reabilitação de estradas para garantir a circulação de pessoas e bens:

- ✓ Mais de 45 km de estradas em pavimento com Mistura Betuminosa a Quente (MBQ) bem como a requalificação de todos os dispositivos de drenagem existentes, sistemas de drenagem (*valas, passagem hidráulicas, aquedutos*) concluído; Obras de arte (*muretes e ponte*) e sinalização realizada.
- ✓ Mais de 810 Km de estradas nacionais, secundárias e terciárias sob a manutenção corrente cobertos e salvaguardados com intervenções dos GIMES, bermas capinadas e dispositivos de drenagem (*valas e aquedutos*) saneados, remoção de derrocadas, reparação e construção de travessias e aquedutos, garantindo rendimento directo a mais de 1 300 famílias,
- ✓ Buracos saneados com mistura Betuminosa aberto a Frio MBF e reparação de pavimento em Macadame,
- ✓ Reabilitação de mais de 23 Km de estradas em calçada, realizada pelos GIMES,
- ✓ Reabilitação de algumas obras de arte (Pontes) em todo o país.

Água

Priorizou-se a melhoria do acesso e da qualidade, tendo concluído a reabilitação da rede de Água /EN3 com substituição de condutas de adução e reabilitação de rede de distribuição e ligações domiciliárias na zona de Madre de Deus e Chácara com uma rede secundária estabelecida no Bairro Dolores. Com vista ao cumprimento desse desiderato, encontram-se em curso outros projectos como o de construção de depósitos na zona de Milagrosa que facilitará o acesso à água às diversas localidades do distrito de Mé-Zochi; reforço do sistema de abastecimento de água na zona de Monte Macaco óRio do Ouroô nos Distritos de Lobata, Água Grande e Mé-Zochi; Reabilitação e Extensão do Sistema de Ribeira Afonso no Distrito de Cantagalo; Reabilitação e Extensão do Sistema de Água Potável da cidade de Neves e Arredores no Distrito de Lembá;

Na Região Autónoma do Príncipe, foram construídas e reabilitadas redes de abastecimento de água às populações das comunidades de Porto Real, Pincaté e Abade,

também foi elaborado o estudo para melhoria de abastecimento de água a outras comunidades desta região.

No quadro do Projecto de Sistema de Alerta Precoce foram instaladas 12 Estações Hidrométricas e o respectivo sistema de informação geográfica, o que vai permitir obter-se informações sobre a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos. Procedeu-se à elaboração do inventário de todo o sistema de água no meio rural, o que permitiu ter-se o conhecimento sobre a real situação de água e saneamento no meio rural. Na sequência desse inventário está em curso a elaboração do Programa Nacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento no Meio Rural para o Horizonte 2030.

Foram realizadas várias actividades de sensibilização para mudança de atitudes e comportamentos sobre a utilização dos recursos hídricos.

Foi instalada na Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia (DGRNE) o Sistema de Informação Geográfica que alberga todas as informações recolhidas no inventário, que posteriormente deverão ser partilhadas com as Câmaras Distritais e Região Autónoma do Príncipe para a actualização das informações contidas no sistema.

Saneamento Básico

Foram realizados trabalhos de manutenção, limpeza e saneamento de canais em várias localidades do país.

No âmbito do Projecto de Demonstração da Gestão Integrada na Baía Hidrográfica do Rio Prováz, foram construídos 5 sanitários ecológicos na cidade de Neves, no distrito de Lembá, cujo produto final é tratado e usado posteriormente na agricultura.

De igual forma, foram construídos esgotos e sistemas de drenagem de água pluviais em várias localidades rurais no âmbito do Projecto de Protecção de zonas costeiras

Relativamente ao eixo II, Aposto na Coesão Social e na Credibilização Externa de São Tomé e Príncipe, como factor determinante para o crescimento económico e para a redução da pobreza, diversas acções foram desenvolvidas nos diferentes domínios desse eixo, como se segue:

Educação

Enquanto veículo de formação e valorização do capital humano e de melhoria da participação no processo de desenvolvimento do país, diversas acções foram desenvolvidas visando o acesso e o reforço qualidade de Educação.

Ainda no que se refere à melhoria de acesso, foi aumentada a oferta escolar com a construção de três salas de aulas na escola básica de Madalena; três salas de aulas na escola básica do Riboque da Capital; conclusão da escola Secundária de Porto Alegre; construção de dez salas de aulas na escola secundária de Chácara; construção de oito salas de aulas nas escolas básicas de Diogo Simão e em São Fenícia; conclusão do jardim de infância de Queluz, tendo sido para além disso apetrechadas e equipadas salas de aulas do Ensino Básico e Pré-Escolar.

Relativamente à melhoria da qualidade do ensino, o esforço do governo concentrou-se na formação e melhoria das condições do processo de ensino-aprendizagem, reforçando a capacidade institucional do Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Comunicação, capacitando 50 profissionais, dentre os quais, directores, técnicos dos serviços centrais, delegados distritais e regionais; formação em serviço de 17 inspectores e 51 supervisores em supervisão pedagógica; formação de carácter transversal dirigida aos 29 professores de ensino secundário para o ensino da língua portuguesa e 24 professores em didáctica geral; realizadas formações de natureza específica para cerca de 560 professores na área da didáctica e pedagogia; reforçado o sector metodológico e constituídas equipas de supervisão para cada disciplina, entre outras.

Saúde

Relativamente à acessibilidade, foi feita a aquisição de ambulâncias equipadas para o Serviço de emergência médica; encontram-se em curso a reabilitação dos Postos de Saúde de Madalena, Trindade, **Reabilitação do Centro de Saúde de Angolares** e Desejada; remodelados os edifícios da maternidade do Hospital Ayres de Menezes, a do centro de saúde de Angolares, da Região Autónoma de Príncipe entre outras.

Quanto à qualidade na prestação de serviços à saúde, deu-se continuidade às acções de combate às doenças endémicas e não endémicas, através dos programas de luta contra o Paludismo, HIV/SIDA, Tuberculose, o Programa de doenças não transmissíveis e o Programa de Saúde reprodutiva e realizou-se campanhas de sensibilização para mudança de comportamento. No âmbito do combate ao paludismo, foi promovida a

gestão dos casos de paludismo identificados e a luta anti-vectorial através de pulverização intra-domiciliar e da distribuição dos mosquiteiros impregnados, . No que se refere ao programa de luta contra o HIV/SIDA, foram efectuadas testagens de casos suspeitos e rastreios e visitas domiciliaries aos doentes de incapacitados.

Juventude e Desporto

Foram realizadas acções que concorrem para a participação cívica dos jovens, através de capacitação das associações juvenis em matéria de associativismo. Realizou-se também sessões de formação em todo o país para 300 jovens, com o intuito de incentivar a criatividade e o empreendedorismo. Foram construídos, reabilitados e ampliados vários Centros de Interação Jovem, nos quais têm sido desenvolvidas várias acções, com destaque para a inclusão dos centros digitais, nomeadamente em Ribeira Afonso, Pinheira, Uba-Budo, Santa Margarida, Monte Macaco, Monte Café, Boa Entrada, Vista Alegre, Agostinho Neto, Riboque Capital, Pantufo e São Marçal. Encontra-se em fase final de conclusão o Centro de Dona Augusta.

Emprego e Assuntos Sociais

Acções desenvolvidas centraram-se no reforço da capacidade institucional e no apoio aos mais desfavorecidos, com ateliês de formação e capacitação dirigidos para os quadros técnicos. De igual modo, foi feita a actualização das pensões sociais aos indivíduos desprovidos de qualquer cobertura de protecção social, bem como a construção e reabilitação de casas sociais e distribuídas refeições aos idosos.

Política Externa e Cooperação Internacional

Foi assinado com Portugal um plano estratégico de cooperação 2016-2019, visando reforçar a capacidade institucional para a boa governação e implementação de acções que concorrem para o desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza. Validou-se o projecto de Acordo de Ajuda Alimentar com o Japão para o ano 2017; pôs-se em funcionamento a Unidade de Coordenação das Ajudas (UCA), visando a recolha e análise dos dados relativos aos fluxos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Defesa e Mar

Melhoria de infraestruturas ao nível do Ministério, estando em curso a reabilitação do Quartel da RAP e o processo de aquisição de fardamentos e botas para os militares.

Relativamente ao Mar, foram desenvolvidas acções com vista à valorização desse recurso como fonte de oportunidades para o desenvolvimento, designadamente a elaboração de uma estratégia de segurança marítima; reforço de serviço de informação estratégica; trabalhos de manutenção dos faróis na orla costeira de forma a permitir uma melhor navegabilidade.

Administração Interna

Foi estabelecido um Plano de segurança conjunto com as distintas forças, nomeadamente a Polícia Nacional, o Exército, e a Polícia de Investigação Criminal para patrulhamento misto, visando a redução da criminalidade, da sinistralidade rodoviária, de incêndio, entre outras calamidades.

Como forma de melhorar a cobertura e celeridade na evacuação dos sinistrados e dos que procuram os primeiros socorros, o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros foi apetrechado com ambulâncias equipadas.

Grandes Opções de Plano 2017

As Grandes Opções de Plano 2017 está organizado por programas e medidas em função dos eixos e capítulos do Programa do Governo, que por sua vez, encontra-se articulado com os eixos da Agenda de Transformação 2030, bem como da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II 2012-2016.

Eixo I - Aposta no crescimento económico gerador de emprego

O crescimento económico é a condição fundamental para a criação sustentada do emprego e rendimento com vista à redução da pobreza que ainda afecta franjas importantes da nossa sociedade.

Neste quadro, o Governo tem vindo a criar condições favoráveis susceptíveis de valorizar o potencial dos sectores tradicionais da economia são-tomense, tal como, agricultura, pesca e turismo, e de igual modo, criar condições de desenvolvimento de outros sectores, como os serviços.

Economia azul

Os oceanos, mares e rios constituem uma fonte considerável de riqueza, pela sua capacidade de gerar riqueza e emprego, no que respeita a produção de bens e serviços, além de proporcionarem oportunidades de cooperação internacional que criam sinergias que favorecem o crescimento e o desenvolvimento. Note-se que três em cada quatro empregos da força mundial de trabalho provêm do mar.

Sendo São Tomé e Príncipe um país insular e arquipelágico, com uma vastíssima zona económica exclusiva, o país não pode permanecer alheio às questões do mar e tem imediatamente de, lançar as bases para tirar partido do potencial disponível ao nível do seu espaço marítimo.

Por isso, o Governo entende concentrar os seus esforços nos sectores ligados à **economia azul**, nomeadamente, as pescas, enquanto o principal fornecedor de proteína animal às populações e sector de incalculável potencial de geração de postos de emprego directo e indirecto. De igual modo, o turismo merecerá atenção particular do Governo, valorizando o potencial turístico do país, melhorando a sua oferta. No domínio da logística portuária e os transportes marítimos, serão implementadas acções com vista a melhorar a eficiência e a qualidade dos nossos serviços. A energia renovável

será um objectivo, com o propósito de aumentar a capacidade de produção do país e a disponibilidade de energia, bem como a protecção do ambiente e a redução do consumo de combustíveis fósseis, substituindo-os progressivamente por fontes limpas e sustentáveis de geração de energia.

Contudo, a transição para o crescimento azul necessita, em primeiro lugar, da elaboração de uma Estratégia Nacional para a Promoção do Crescimento Azul que deve criar bases coerentes e sustentáveis para a passagem à acção, num quadro político e técnico transparente, orientado para o longo prazo e ancorado num diagnóstico multisectorial e participativo.

Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza

Ciente de que só um crescimento económico sustentável gerador de emprego assegurará o combate à pobreza, o Governo assume o compromisso de criar as condições para a diversificação da economia nacional e o alargamento das oportunidades de criação de riqueza. Para tal, os sectores do Turismo, agricultura e pescas serão as apostas do Governo para fazer crescer a economia e gerar mais e melhores oportunidades de emprego. Serão também direccionadas acções com vista à criação de condições para o desenvolvimento do sector privado. O Governo entende como imperioso o desenvolvimento de uma verdadeira economia de serviços, assente, entre outros, nas oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação.

Sector privado e atracção de investimento

O ambiente de negócios em São Tomé e Príncipe é caracterizado por um conjunto de factores e contextos que condicionam o desenvolvimento das actividades do sector privado nacional, bem como a atracção de novos investimentos.

O contexto ditado pela dimensão do mercado, a exiguidade e debilidade das infra-estruturas, a fraca poupança interna e a inadequação do sistema de crédito, tem constituído um importante factor de dissuasão para os operadores económicos.

Por isso, a melhoria sistemática do ambiente de negócios, através do desenvolvimento de infra-estruturas, acesso ao financiamento, aumento da eficiência da administração pública e a estabilidade macroeconómica, impulsionarão as condições de atracção de investimentos, respondendo desta forma à procura de bens e serviços.

Programa: Promoção do sector Privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional

Com este programa pretende-se superar os constrangimentos de que padece o empresariado nacional e contribuir para a criação de um ambiente propício ao surgimento de um sector privado mais forte e competitivo.

Medidas/acções

- Implementação do serviço de apoio ao empreendedor e organização da oferta de serviços, que inclua formação, aconselhamento e informação ao potencial empreendedor;
- Elaboração e validação do Plano Estratégico para a Promoção de Investimento;
- Operacionalização da APCI e sua eventual filiação na Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimento;
- Participação em fóruns e conferências nacionais e internacionais sobre negócios;
- Criação da comissão AD HOC para seguimento do Relatório de Melhoria do Ambiente de Negócios e das recomendações do Relatório de "Doing Business"

Turismo

O turismo é a principal componente de exportação de serviços e, atualmente, a sua contribuição como fonte de divisas é superior a das exportações de produtos. No entanto, a contribuição do turismo no PIB mantém-se ainda deficiente, apesar das potencialidades naturais e da grande diversidade cultural do país. O turismo representa apenas 4% do PIB e emprega um número muito baixo da população activa.

A capacidade de oferta do sector aumentou de 601 quartos distribuídos em 40 estabelecimentos hoteleiros em 2010, para 1043 distribuídos em 55 estabelecimentos em 2015. O número de entradas de visitantes (turistas e excursionistas) para o país aumentou de 7.963 para 18.187 no mesmo período.

Os principais constrangimentos do sector são:

- Ausência de um documento de orientação estratégica e de um Plano operacional exequível;
- Legislação inadequada ou obsoleta;
- Falta de incentivos que estimulem o investimento no sector turístico;
- Fraca capacidade de concepção e elaboração de produtos turísticos adaptados à procura dos turistas (animação/diversão turística/artesanato/serviços/gastronomia, et. Etc.);

- Deficiente promoção da imagem do país;
- Fraca capacidade institucional da Direção de Turismo e Hotelaria.

Programa: Promoção e valorização do turismo e actividade conexas

O presente programa visa dotar São Tomé e Príncipe de requisitos que satisfaçam as exigências do turismo, não só em termos de equipamentos e de animação específicos, mas também de profissionais à altura, e preservação do património histórico edificado, da paisagem rural e urbana.

Medidas/acções:

- Incentivar investimentos turísticos no meio rural;
 - Promover a formação na área do Turismo;
 - Elaborar/actualizar leis que regulem as actividades turísticas hoteleiras e similares;
 - Promover campanhas de divulgação e de marketing do país;
 - Definir e promover a “Marca São Tomé e Príncipe”;
 - Requalificar os sítios de Interesse turísticos;
- Reforçar a capacidade técnica do sector.

Agricultura e Pecuária

A agricultura e a pecuária contribuem com cerca de 20% do PIB, ocupam mais de 60% da população activa de São Tomé e Príncipe. O país para além de enfrentar sérios problemas económicos e sociais, caracteriza-se por um défice alimentar acentuado. O sector de agricultura constitui a base importante para garantir a segurança alimentar e reduzir a pobreza rural no país.

Actualmente o sector agrícola debate-se com o problema de ordem estrutural, e organizacional, e a falta de uma visão clara e consistente para que o sector possa produzir resultados satisfatórios para melhoria das condições de vida das pessoas. Este sector depara-se com os seguintes constrangimentos:

- i) Ausência de um Documento de Estratégia e um Plano Operacional exequíveis, com objectivos e metas para cada fase;
- ii) Ausência de um eficaz programa de assistência técnica aos agricultores e criadores de animais;
- iii) Falta de leis, regulamentos e serviços eficazes para permitir a regulação das actividades agrícolas;

- iv) A falta de recursos humanos qualificados e a fraqueza da instituição responsável pelo planeamento, na formulação, implementação e monitoramento e avaliação de estratégias e programas de desenvolvimento agrícola e rural;
- v) A degradação das infraestruturas, particularmente a de comunicação, transporte e irrigação e seu impacto negativo sobre o acesso aos mercados, entre outros.

Perante os constrangimentos acima demonstrados e a fim de dar resposta aos desafios do desenvolvimento do sector agropecuário, relativamente à melhoria da sua contribuição para a garantia de segurança alimentar e nutricional, os esforços devem ser consentidos no sentido de desenvolver políticas que reforcem a capacidade humana, institucional e infraestrutural, através de melhorias de programas e projectos de infraestrutura e organização de formações e estágios adequados.

Programa: Reforço das Capacidades Institucionais do Sector Agrícola

O programa visa promover a sensibilização, formação e o reforço das capacidades dos atores de desenvolvimento agrícola, particularmente os produtores, suas organizações e os agentes públicos, responsáveis pela formulação de políticas, pesquisa, desenvolvimento, produção, transformação e comercialização de bens e serviços.

Com a implementação desse programa espera-se os seguintes resultados: a) os serviços do MADR mais bem organizado e reestruturado, e com recursos humanos mais qualificados; b) melhoradas as estruturas de pesquisa e desenvolvimento, assim como da assistência técnica aos produtores; c) melhorada a organização das associações dos produtores.

Medidas/acções

- Reforço da capacidade do sector de recolha e tratamento de dados estatísticos de produção agrícola;
- Realização de Recenseamento Geral Agro-Pecuário;
- Formação e capacitação de técnicos do Gabinete de Estudo e Planeamento no domínio de planificação e avaliação de projetos agrícolas;
- Garantia da assistência técnica aos produtores através de serviços de extensão rural;
- Reforço a capacidade do Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT);
- Conclusão o processo de actualização da Lei Fundiária;

- Promover o associativismo e cooperativismo rural, assim como incentivar as organizações produtoras.

Programa: Aumento da Produção, produtividade e diversificação agrícola

O programa consiste em promover o aumento e a diversificação das culturas de produção alimentar de consumo interno (milho, banana, matabala, mandioca, batata doce, feijão seco, etc), hortícolas, frutícolas, culturas de exportação (cacau, pimenta, café e coqueiros), a melhoria da qualidade dessa produção, de modo a diversificar a exportação, aumentar o rendimento nacional e reduzir a dependência externa.

Medidas/acções

- Promoção de estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas;
- Adopção de um sistema integrado de controlo de pragas e doenças;
- Promoção de ações conducentes ao surgimento e o fortalecimento de cooperativas agrícolas;
- Construção e reabilitação de infraestrutura de apoio à produção agrícola;
- Abastecimento e distribuição de insumos, material e equipamentos agrícolas;
- Prossecução da reabilitação e/ou construção de pistas rurais;
- Produção de sementes melhoradas e material vegetal necessário para o aumento da produção local.

Programa: Aumento e Melhoria da Qualidade de Produção Pecuária

A produção pecuária nacional é insuficiente para satisfazer a procura ou necessidades da população em consumo de proteína animal e obtenção de rendimento para melhorar o bem-estar ou qualidade de vida dos criadores e outros agentes económicos que se dedicam a sua exploração, comercialização e transformação. De acordo com as informações disponibilizadas pela Direcção da Pecuária, a produção de carne cobre apenas cerca de 59 % das necessidades mínimas dos consumidores, que são de 10 Kg de carne/habitante/ano, segundo as normas da FAO. Este programa visa contribuir para o aumento da produção pecuária familiar, melhoria da dieta alimentar e contribuir para a redução da pobreza no meio rural.

Medidas/acções

- Reforço da capacidade institucional da Direcção de Pecuária para apoiar o desenvolvimento do subsector;

- Promoção do desenvolvimento das estruturas de transformação e conservação dos produtos de origem animal;
- Promoção do desenvolvimento da pecuária de ciclo curto, nomeadamente, pequenos ruminantes, aves e suínos com destaque para a pecuária familiar;
- Promover o fabrico de ração animal com base em produtos locais, para diminuir os custos de produção;
- Promoção e vulgarização de técnicas de criação de animais integrando combate as parasitoses animais, vacinações e adopção de novos esquemas alimentares;
- Incentivo à organização dos produtores pecuários.

Programa: Conservação e valorização da floresta e biodiversidade

O objectivo deste programa é promover acções que concorram para um ambiente saudável e o uso racional dos recursos da fauna e da flora.

Medidas/ acções

- Combate de forma estruturada e coordenada ao abate ilegal de árvores;
- Actualização da Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade;
- Revisão do quadro jurídico e institucional sobre a gestão das florestas;
- Vulgarização e sensibilização da população rural, sobre a necessidade de conservação do meio ambiente, floresta e biodiversidade.

Pescas

O sector das pescas contribui com 3% do PIB e emprega cerca de 7.000 pessoas. A maior parte dessa população dedica-se a pesca de subsistência, cujo rendimento não revela suficiente para fazer face as necessidades básicas. Os produtos da pesca fornecem cerca de 85% de proteínas dietéticas na alimentação dos santomenses. O sector dispõe de um potencial importante para o crescimento económico mas, não tem sido devidamente aproveitado devido aos seguintes constrangimentos: a) deficiente abastecimento de mercado com insumos e equipamentos de pescas; b) falta da formação técnica e profissional; c) a lei de pescas e sanitária desactualizada; d) ausência de um porto pesqueiro; e) ausência de um estaleiro naval para a reparação e manutenção de navios de pesca; f) insuficiência de meios de conservação de pescado; g) fraca organização das vendedeiras de peixe fresco; h) falta de formação no domínio de conservação e transformação do pescado; i) ausência de controlo de qualidade de produtos da pesca.

Programa: Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado

Com este programa o Governo preconiza o aumento da produção e da produtividade do sector das pescas através da difusão de equipamentos e técnicas mais adequadas ao desenvolvimento da pesca, (aquisição de pirogas modernas, aumentar os dispositivos de concentração de pescado e a formação técnica dos pescadores), de modo a tirar partido de uma vasta área de águas territoriais não exploradas, a par de iniciativas para promover o processamento e métodos e infraestruturas de marketing.

Medidas/acções:

- Actualização da Lei Sanitária para o levantamento do embargo sanitário do produto de pesca ao mercado europeu;
- Reorganizar as Associações dos pescadores e palaiês e incentivar a criação de Cooperativas;
- Melhoria das capacidades técnicas dos recursos humanos dos serviços de pesca;
- Actualização da lei e regulamento de pesca (registo de embarcações, regime de licenças de pesca, sistema de controlo e fiscalização);
- Aprovisionamento em insumos de pesca, equipamento de navegação e de segurança;
- Realização de campanhas de sensibilização sobre o manuseamento correcto do pescado em locais de desembarque do pescado;
- Reforço das capacidades das Palayes na conservação e transformação dos produtos pesqueiros
- Luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Comércio e Indústria

Comércio

O sector do comércio de S. Tomé e Príncipe é muito reduzido devido, por um lado, aos baixos níveis de produção interna e, por outro, a reduzida exportação. Isto faz com que o País seja muito dependente das importações de bens de consumo de exterior, que em grande parte provém do Mercado Europeu.

O comércio detém uma grande importância na economia nacional e representa cerca de 28% do PIB, mas a sua total desorganização, a desactualização da legislação em vigor, a inexistência de mecanismos que garantam a defesa do consumidor, a descapitalização

continua dos comerciantes, a concorrência desleal praticada no sector, o fraco poder de compra das populações, a dificuldade na implementação de acordos assinados com os países amigos e vizinhos no domínio da exportação dos produtos nacionais, o custo elevado dos transportes, são, dentre outros, os factores que têm dificultado o seu desenvolvimento. Por isso, esforços deverão ser envidados no sentido de se eliminar os actuais constrangimentos que afectam o desenvolvimento do sector.

Este programa visa promover a reorganização do comércio interno, a integração do país na sub-região e no sistema comercial multilateral, de modo a tirar pleno proveito da localização estratégica no golfo da Guiné e no mundo.

Programa: Inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral

- Reforço do processo de integração regional ao nível da óCEEACô e no sistema comercial multilateral;
- Reforço do mecanismo de abastecimento e de seguimento do mercado relativamente aos bens alimentares da primeira necessidade;
- Aceleração do processo de acesso a Organização Mundial do Comércio;
- Formação e capacitação dos quadros técnicos em línguas (francês e inglês);
- Capacitação em formulação, implementação e negociação de políticas comerciais;
- Operacionalização da Comissão Nacional de Negociação Comercial (CNNC);
- Reorganização e formalização das actividades de comércio interno e do Comercio de Serviços.
- Elaboração de um estudo sobre a dimensão do sector informal do Comercio;
- Desconcentração distrital de emissão das licenças de Quitandas e afins;

Indústria

O sector da indústria encontra-se numa situação caracterizada por uma elevada dependência externa, tanto no que respeita ao fornecimento de tecnologia como ao abastecimento de equipamentos e insumos e, associado a tudo isto, insuficiência de recursos humanos qualificados para garantir o seu adequado funcionamento.

Actualmente, são quase inexistentes os investimentos em toda a dimensão do sector industrial, sendo notável a existência de micro unidades artesanais de fabricação de sabão, óleo de palma, aguardente, transformações caseiras de frutos secos, farinhas

(mandioca, fruta pão, matabala), essencialmente orientados para o exíguo mercado interno.

A contribuição da indústria transformadora continua bastante modesta no panorama económico são-tomense em termos de peso no PIB (menos de 4%, 2014) e de exportação.

Programa: Reforço institucional e modernização administrativa da Direção da Indústria

- Melhorar o quadro legal do sector industrial tornando propício para atracção de investimentos estrangeiros;
- Atualização do quadro legislativo do sector industrial.

Planeamento e Estatística

A limitada capacidade institucional para a gestão do processo de desenvolvimento, incluindo a concepção de políticas e monitorização dos seus efeitos, foi identificada na Agenda de Transformação de São Tomé e Príncipe 2030, como um dos maiores desafios ao desenvolvimento do país.

A inexistência de um sistema de planeamento global, que forneça aos agentes económicos e sociais uma visão clara dos objectivos que o Estado persegue, tem constituído também, segundo o Programa do Governo, um factor de desincentivo aos investimentos geradores de riqueza e de emprego.

Neste contexto, a reestruturação do Sistema Nacional de Planeamento (SNP), através da implementação da nova Lei de Bases do SNP, impõe-se necessária para clarificar o quadro institucional das competências e aumentar a capacidade de resposta das estruturas de planeamento a todos os níveis-central, sectorial, regional e distrital, na perspectiva da articulação e coordenação das políticas públicas do desenvolvimento.

A atenção particular será reservada à organização das estruturas técnica de planeamento sectorial, visando assegurar uma perspetivação do desenvolvimento a médio prazo e a criação de condições para a valorização das sinergias, potenciando ao mesmo tempo uma verdadeira integração do território nacional.

Programa: Melhoria do sistema de informação e orientação de políticas públicas

Este programa tem por objectivo ajudar a administração central e regional a tomar decisões em matéria de política económica e social. Pretende-se com as suas acções disponibilizar o sistema de informações socioeconómicas e melhorar o processo de planeamento para o desenvolvimento com vista a orientar as decisões em matéria de políticas públicas.

Medidas/acções

- Implementação da Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento;
- Reforço da capacidade na concepção, planificação, seguimento e avaliação das estratégias, programas e projectos de desenvolvimento ao nível das unidades de planificação sectorial;
- Capacitação dos técnicos do INE;

Administração Pública

Este programa visa simplificar e desburocratizar a administração pública; promover a profissionalização e melhorar as condições de trabalho dos funcionários Públicos, regularizar as situações dos trabalhadores da Função Pública, que se encontram em situações contratuais.

Este sector enfrenta seguintes constrangimentos:

- Falta de uma visão estratégica para toda a Administração Pública;
- Excesso do Pessoal no quadro da Administração Pública;
- Normas administrativas desactualizadas;
- Ausência de plano de formação dos servidores públicos;
- Falta de comunicação inter e intra sectorial;
- Reduzida capacidade técnica e profissional dos agentes da Administração Pública

Programa: Desenvolvimento Institucional e Modernização Administrativa

O nosso Estado e as nossas instituições são frágeis. Muitas são as áreas em que são necessárias intervenções profundas para que se possa melhorar o seu desempenho global, de modo a facilitar a vida dos cidadãos, garantir a segurança e a fiabilidade dos

actos administrativos, promover o investimento e garantir o desenvolvimento económico. Para tanto, o Governo considera prioritário implementar e acelerar reformas relevantes com vista à modernização do Estado, com o propósito de reforçar a sua capacidade de resposta aos desafios da economia e da sociedade.

Neste sentido, propõe-se que sejam implementadas medidas que visem a eliminação de processos redundantes, burocracias desnecessárias, de simplificação legislativa e de procedimentos, de actualização organizacional, com recurso a soluções tecnológicas que se encontram hoje ao alcance de todos.

O governo pretende com estas reformas tornar mais simples a vida dos cidadãos e das empresas na sua interacção com os serviços públicos, contribuindo para uma economia mais competitiva e uma sociedade mais inclusiva

Neste sentido, o Governo levará a cabo em 2017 um estudo com a finalidade de estabelecer um plano minucioso de Ordenamento e mapeamento de todo o território nacional, de modo a estabelecer um cadastro fiável de toda a superfície do país, bem como de todas as edificações, que será transposto para uma plataforma electrónica/informática de consulta mais rápida, mais eficiente e mais eficaz.

Ainda nesta perspectiva de simplificação dos processos e procedimentos administrativos, com o intuito de facilitar a vida dos cidadãos e das empresas, bem como conferir maior credibilidade e fiabilidade aos serviços públicos, ao mesmo tempo que aproxima os administrados de sua administração, em 2017 o Governo iniciará um programa de informatização de toda a administração pública, com um elevado grau de prioridade para os serviços de registos e notariado.

Medidas/acções

- Lançamento de um programa de informatização da administração pública;
- Lançamento de um estudo com vista a estabelecer um Plano de Ordenamento do Território;
- Simplificação de processos e procedimentos administrativos desnecessários e redundantes;
- Continuação da promoção e divulgação das novas tecnologias através de alargamento das Praças Digitais, construção de Centro de Interacção Jovem e Centros Digitais nos Distritos e Região Autónoma do Príncipe;

- Introdução na Administração Pública de mecanismos que permitam uma maior fluidez de comunicação entre os serviços públicos, aplicação efectiva de procedimentos das normas disciplinares na função pública;
- Conclusão da revisão do Estatuto da Função Pública e assegurar a sua aplicação;
- Promoção de acções de formação destinados a qualificação dos recursos humanos ao serviço do Estado, em articulação com as Direcções Administrativas e Financeiras dos Ministérios;

Reforçar as Finanças Públicas

Promoção de uma gestão responsável e transparente das finanças públicas é uma das condições essenciais da boa governação financeira e económica, com influência no crescimento económico e, sobretudo, na afectação de recursos. Neste âmbito, a introdução de boas práticas em matéria de gestão e prestação de contas do erário público tem sido uma das preocupações dos sucessivos governos e dos parceiros de cooperação.

Programa: Gestão das Finanças Públicas

Este programa tem por objectivo prosseguir com acções de consolidação das conquistas já alcançadas, nomeadamente na melhoria do quadro legal subjacente à gestão das finanças públicas, melhorias na prestação de contas por parte das instituições do Estado, aperfeiçoamento do sistema de licitações e contratações públicas, do sistema informático, do sistema de colecta de impostos e outras receitas não fiscais; integração dos diferentes serviços e instituições envolvidos na administração de recursos numa plataforma informática única, entre outros.

Medidas/acções:

- Reforço do mecanismo de combate à fraude, contrabando e lavagem de dinheiro;
- Reforço dos mecanismos de preparação, elaboração, aprovação e execução do OGE;
- Apropriação do quadro de despesas de médio prazo enquanto instrumento de programação financeira das despesas públicas.
- Reforço do mecanismo de controlo da gestão das despesas públicas, e eliminação das derrapagens e atrasos;
- Actualização da Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado;
- Aprovação e aplicação da Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento;

- Integração dos serviços envolvidos na gestão de recursos financeiros numa plataforma única.

Programa: Melhoria da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento

Apesar da grande relevância que tem Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para o país, (representa em média 75 a 80% do volume anual do programa de investimentos públicos), vem-se constatando uma diminuição dos recursos da ajuda externa para o financiamento das acções de redução da pobreza.

Medidas/acções:

- Melhoria dos mecanismos de mobilização e gestão de recursos externos;
- Alinhamento da APD às prioridades de desenvolvimento nacionais, de forma que os mesmos sejam usados adequadamente para alavancar o desenvolvimento;
- Reforço da articulação entre o Gabinete de Coordenação e Gestão de Ajudas e diferentes serviços do Ministério das Finanças para uma melhor coordenação na programação, mobilização, utilização e controlo dos recursos externos;
- Criação de um sistema integrado de informações sobre a APD e dívida Pública;

Infraestruturas

A competitividade de STP é prejudicada pela escassez de infraestruturas de base. O país carece de infraestruturas económicas e sociais, para a promoção do crescimento económico e geração de riqueza.

O objectivo de políticas para o sector é o de **modernizar as infra-estruturas** (infra-estruturas de transporte, comunicação, água e energia) necessárias para desenvolver o sector privado e estimular o crescimento.

Infraestruturas de transportes

As deficientes condições das infraestruturas do país, especialmente do porto e aeroporto, dificultam o comércio com o resto do mundo, originando custos elevados de importação, prejudicando a competitividade da economia santomense.

Programa: Modernização e expansão das infra-estruturas de transporte marítimo

A falta de equipamentos adequados à operacionalização portuária, os elevados custos de operações portuárias de cargas e descargas de bens importados e exportados por navios

que operam ao largo do porto por causa da pouca profundidade do porto e das limitações dos espaços terrestres para expandir as áreas de operações portuárias, tem constituído um dos factores de bloqueio ao desenvolvimento da competitividade e internacionalização da economia.

Este programa visa tornar as operações portuárias eficientes e eficazes.

Medidas/acções

- Aquisição de equipamentos operacionais e de segurança;
- Construção e reabilitação de infra-estruturas;
- Reforma de quadro legal e institucional;
- Reforço da capacidade técnica e operacional do Porto de Ana Chaves em S. Tomé.

Programa: Modernização e Expansão Aeroportuária

A modernização e extensão dos aeroportos de S.T.P, e muito em particular do aeroporto internacional de S. Tomé, constitui um factor essencial para a promoção do desenvolvimento do País. As infra-estruturas aeroportuárias padecem de problemas estruturais graves como a deficiência de segurança para operações aéreas (VOR-DME), assim como as violações grave às normas internacionais de segurança e de qualidade da (ICAO).

Este programa preconiza criar as condições de acolhimento de aeronaves de maior porte através do aumento das pistas, das placas de estacionamento e do terminal de passageiros do Aeroporto de S. Tomé.

Medidas/acções:

- Melhoria dos serviços de combate ao incêndio, assim como de comunicação e de apoio a navegação;
- Aquisição de equipamentos de segurança e de meios informáticos adequados;
- Melhoria da qualidade dos serviços aos utentes;
- Melhoria do sistema de iluminação e de sinalização;
- Reforço da capacidade profissional dos técnicos da ENASA, do INAC e da Meteorologia;

Programa: Construção e reabilitação do sistema viário: expansão e modernização do sector de transportes terrestres

As infra-estruturas rodoviárias carecem de manutenção, pelo que o estado das estradas, sobretudo das terras batidas continua a ser um dos constrangimentos à competitividade económica e à qualidade de vida dos que habitam no meio rural.

Com este programa preconiza-se melhorar a operacionalidade das estradas, contribuindo assim para a redução dos custos de transporte e criação de condições para a promoção de economia local.

Medidas/acções

- Melhoria da rede viária nacional;
- Reforçar o programa de manutenção e reparação das estradas;

Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente

Em matéria de recursos naturais, o país necessita de aprofundar os conhecimentos sobre as quantidades e qualidades dos recursos existentes, de forma a permitir uma gestão racional destes recursos.

Meio Ambiente

Os diversos fenómenos naturais, de entre os quais a diminuição das chuvas e a consequente diminuição dos caudais dos rios, geram situações de risco que podem por em causa os esforços desenvolvidos para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. A erosão costeira e as inundações também fazem parte dos problemas que preocupam o Governo, devido a falta de barreiras de proteção, diques e muros de contenção destes fenómenos.

Foram identificados os seguintes problemas ambientais:

- Perda da biodiversidade;
- Poluição dos rios, ribeiras e nascentes por produtos químicos;
- Aumento da erosão costeira;
- Expansão desordenada das áreas urbanas;
- Desflorestação;
- Utilização de áreas com potencial agrícola para outros fins, e a consequente degradação dos solos.

Programa: Promoção de um ambiente saudável e de utilização racional de recursos naturais

A vulnerabilidade e a fragilidade dos ecossistemas e das áreas costeiras impõem a necessidade de uma utilização adequada do espaço, sobretudo quando se tornam cada dia mais visíveis os efeitos negativos da pressão humana, tanto sobre o espaço físico, como sobre os recursos naturais neles existentes.

Medidas/acções:

- Reforço da capacidade das instituições ambientais;
- Implementação do plano de gestão dos parques naturais Ôbo de S.Tomé e do Príncipe;
- Realização de campanhas de informação, educação e sensibilização

Energia

O fornecimento de energia eléctrica em São Tomé e Príncipe não é o melhor, não obstante os esforços que o Governo tem desenvolvido para melhorar a qualidade da produção e a consequente cobertura do País com uma energia de melhor qualidade.

Existe muita perda de energia que ronda actualmente os 40% da produção. Essas perdas provêm da deficiente gestão de produção nas centrais, redes eléctricas de média tensão e baixa tensão em estado avançado de degradação, fraudes ou roubo de electricidade e falta de contadores de energia eléctrica.

Programa: Provisão de energias fiável e de baixo custo

O fornecimento seguro da energia eléctrica desempenha um papel importante no progresso das actividades económicas do País. O investimento destinado à electrificação é considerado uma das condições importantes para estimular o desenvolvimento económico e social. A fim de aumentar a produção e a eficiência energética e reduzir a dependência do País face às importações de combustível, proceder-se-á a uma reflexão sobre os meios de fazer aumentar rapidamente a parte da energia hidroeléctrica e reduzir a dependência do país face à produção de electricidade com recurso ao combustível fóssil.

Medidas/acções

- Fornecimento de energia eléctrica a diferentes comunidades rurais do país;
- Reabilitação e extensão da rede de baixa e média tensão;
- Aumento da capacidade de produção e distribuição de energia;

- Aumento da eficiência energética;
- Elaboração do Plano Director de Energia;
- Incentivo à produção de energia hídrica e solar;
- Reforço das capacidades de gestão da EMAE, dando prioridades aos serviços de manutenção técnica.

Programa: Promoção acesso às tecnologias de informação e comunicação e sua regulação

Com este programa pretende-se levar a cabo uma ampla reforma do sector das telecomunicações, assente numa estratégia para a maximização das oportunidades de investimento e a satisfação da procura de novos serviços.

Medidas/acções:

- Desenvolvimento de novos serviços proporcionados pelas TICs;
- Continuação da generalização do acesso e utilização a todos dos espaços públicos à internet;
- Reforço do quadro institucional, legal e regulamentar para o desenvolvimento das TIC em São Tomé e Príncipe.

Água

Embora São Tomé e Príncipe possua um elevado potencial hídrico, composto de mais de 50 cursos de água, mas a sua distribuição é desigual ao nível de território nacional. Uma grande parte da população, fundamentalmente nas zonas rurais, continua sem acesso à água potável e utiliza a água do rio ou recorre a fontes existentes sem qualquer protecção e controlo. Foram identificadas como principais causas para a deficiente qualidade da água por ordem de importância as seguintes: sistemas inadequados e degradados, vandalismo e falta de sensibilização, insuficiência no que se refere ao investimento no meio rural na captação e distribuição de água, deficiente gestão dos recursos hídricos.

Programa: Reabilitação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água

O programa visa a reabilitação e a operacionalização dos sistemas de irrigação e o abastecimento de água para atender as necessidades das populações.

Medidas/acções:

- Promover a utilização racional dos recursos hídricos;
- Reabilitar as redes de abastecimento, transportes e distribuição de água;
- Construir barragens e represas nas zonas agrícolas de maior escassez de água;
- Proceder a actualização e monitoramento dos dados e indicadores da estratégia participativa para água e saneamento, 2030;
- Elaboração do quadro legislativo e regulamentar de água e hidrologia.

Saneamento

A situação em matéria de saneamento é mais preocupante do que o abastecimento de água. O país confronta-se com problemas de drenagem das águas pluviais e da evacuação dos lixos, especialmente nas zonas urbanas. Essa situação contribui para a difusão de doenças infecciosas e parasitárias. Estima-se que 3/4 da população não dispunham de um sistema adequado de evacuação de excrementos. Apesar dos investimentos realizados em matéria de protecção das fontes e de construção de latrinas, é provável que a situação se tenha degradado desde então, tendo em conta o ritmo elevado de crescimento demográfico e a crescente concentração da população nas zonas limítrofes das cidades. Foram identificadas como principais causas de deficiente saneamento básico: fraca sensibilização das comunidades, insuficiente campanha de Informação, Educação e Comunicação (IEC), ausência e insuficiência de infraestruturas de saneamento, fracos recursos financeiros, pouca disponibilidade de água, casas com estruturas que inviabilizam a instalação de latrinas e falta de manutenção.

Programa: Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico

- Reabilitação das antigas redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes;
- Sensibilização da população para as boas práticas de higiene, saneamento e impacto na saúde;
- Construção ou reabilitação de infraestrutura de saneamento básico em conformidade com as políticas sectoriais;
- Recolha e tratamento regular do lixo urbano em parceria com as Câmaras Distritais;
- Reforço da capacidade de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbano;

- Realização de obras de saneamento básico nas comunidades devidamente identificadas;
- Manutenção limpeza e saneamento de canais.

Obras Públicas e Urbanismo e Ordenamento do território

O processo de desenvolvimento do país tem como um dos suportes principais o sector de Construção Civil. A investigação, o controlo da ocupação do solo, o tipo de materiais de construção com destaque para os materiais de construção locais de baixo custo constituem premissas fundamentais para o desenvolvimento do sector. Por isso, são propostos os seguintes programas e medidas:

Programa: Reforço de Capacidade institucional dos Serviços de Obras Públicas e Urbanismo

- Regulamentação Geral de Construções e Habitações Urbanas de S.Tomé e Príncipe;
- Reforço de capacidade de fiscalização e controlo das obras;
- Capacitação dos recursos humanos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Programa: Reforço de capacidade dos Serviços de Ordenamento do Território

- Actualização da cartografia nacional e a elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território;
- Capacitação de quadros dos Serviços Geográficos e Cadastrais;
- Criação do Sistema de Informação Geográfica (SIG);

Eixo II- Aposta na coesão social e na credibilização externa de São Tomé e Príncipe

Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação

O desenvolvimento do capital humano através da melhoria qualitativa e quantitativa do ensino a todos os níveis é fundamental para fazer face aos desafios do desenvolvimento sustentado com efeitos multiplicadores para outros domínios do desenvolvimento.

Educação e Formação

Do diagnóstico feito ao sistema educativo Santomense depreende-se que progressos notáveis foram efectuados, nos últimos anos, particularmente nos domínios do acesso e da equidade, com uma taxa de escolarização do ensino básico de 99,3¹%. Todavia, muito falta por fazer nos domínios da eficiência e qualidade do ensino, da gestão escolar e da formação do corpo docente.

A fraca capacidade da oferta escolar, qualificação do corpo docente e a disparidade em termos de localização geográfica dos estabelecimentos do ensino secundário, bem como insuficiência de transportes escolares fazem com que muitas crianças não têm acesso ao nível secundário, o que constitui grande desafio para o Ministério da Educação.

O ensino técnico-profissional é pouco desenvolvido em STP. Portanto, o país é confrontado com graves problemas de mão-de-obra especializada. Dotar STP de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências de uma economia moderna, projectando o país como *ópaís de serviços*, constitui o principal desafio do governo para este sector.

Programa: Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação

O programa tem como foco garantir que todos os distritos tenham o ensino Pré-escolar, Básico e Secundário, com uma biblioteca, um refeitório, uma sala dos professores, Gabinetes de direcção, um Gabinete de Gestão, um arquivo, sala de reunião, um gabinete médico, sala de exposição, secretaria, reprografia, auditório, salas de informática, espaço desportivo.

¹ DPIE/DE-MECF, 2015

Medidas/ações

- Construção, reabilitação, adaptação e equipamentos das escolas em todos os níveis de ensino;
- Promover escolas amigas de crianças, educação de qualidade e um programa nacional adequada de alimentação escolar;
- Reforçar a capacidade de instituições que lidam com a formação profissional;
- Aumentar e diversificar a oferta de formação profissional e com qualidade;
- Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradores de rendimento e inserir no mercado de emprego;
- Promoção do ensino especial;
- Promover o desporto escolar.

Programa: Acelerar o Desempenho Educativo

O programa tem como foco principal os alunos, através de intervenção de política educacionais como forma de melhorar o desempenho escolar, administração escolar, e eficiência. Eficácia do sistema educativo e diminuir os índices de reprovação e abandono escolar.

Medidas/acções

- Melhorar a Gestão Escolar;
- Melhorar o sistema de avaliação das aprendizagens e do sistema do ensino;
- Melhorar o desempenho educativo;
- Valorizar, profissionalizar e premiar o corpo docente e não docente;
- Desenvolver o ambiente escolar propício e estimulante ao aprendizado;
- Envolver os pais e encarregados de educação na participação da vida escolar.

Programa: Ensino Técnico e Profissional

O programa ETP tem como finalidade dar resposta aos inúmeros desafios na área de formação e profissionalização dos quadros técnicos do país.

Medidas/acções

- Adequar o currículo as novas exigências actuais;
- Criar de curso de curso de engenharia ambiental, educação empreendedora, economia azul e turismo.

Programa: Reforço da capacidade institucional da Comunidade Educativa

O programa reforço da capacidade institucional da comunidade educativa almeja a melhoria da qualidade no sistema de ensino, para isso existe toda a necessidade de se consolidar um sistema de formação em serviço aos quadros do Ministério da Educação, Cultura e Ciência (MECC) com a finalidade de dar resposta aos inúmeros desafios que o referido ministério pretende ultrapassar nos próximos anos.

Medidas/acções

- Realizar acções de formação de todo o pessoal docente, gestores, inspectores e supervisores.
- Integrar as tecnologias de informação e comunicação nos processos e procedimentos do sistema educativo e organizacional;
- Criar o fundo da família educativa.

Programa: Programa Escola em Rede

O Programa Escola em Rede surge com vista a adoptar a Tecnologia de Informação e Comunicação como ferramenta estratégica para buscar o alto desempenho do sistema educativo (eficiência, eficácia e inovação), formando Recursos Humanos e equipando todas as escolas com Tecnologia de Informação e Comunicação.

Medidas/acções

- χ Sensibilização da comunidade educativa em geral de forma a mostrar a importância e a necessidade da inclusão das novas tecnologias de informação e comunicação no sistema de ensino;
- χ Formação básica aos futuros usuários dessas ferramentas;
- χ Instalação de internet de boa qualidade nos estabelecimentos de ensino;
- χ Criação de plataformas digitais de interacção entre os professores, professor-aluno, e entre os alunos;
- χ Criação de mais laboratórios informáticos, não só no ensino secundário, mas também no básico;
- χ Incentivar formações nas áreas das novas tecnologias.

Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Ciência

- Melhorar a capacidade docente da Universidade STP;

- Criação do Gabinete acreditação, avaliação e inspecção do ensino superior, assim como o quadro legislativo e regulamentar do ensino superior;
- Criar o Centro de Excelência, Ciência e Tecnologia;
- Promover cursos de especialização, mestrado e doutoramento de acordo com as reais necessidades reais do país;
- Desenvolver o Sistema Científico Nacional.

Saúde

A saúde é reconhecida no Programa do Governo como um sector prioritário da acção governativa, pelo seu impacto directo na qualidade de vida dos santomenses, formação do capital humano e no desenvolvimento do país.

A limitação de infraestruturas, recursos humanos em número insuficiente, fraca capacidade institucional, insuficiência de recursos e desadequação do sistema de financiamento, constituem alguns dos problemas que se colocam ao Sistema Nacional de Saúde (SNS), para os quais é urgente uma intervenção do Governo.

A complexidade de tais desafios coloca a necessidade de medidas que permitam fortalecer a organização e gestão das infraestruturas de saúde, melhorar a gestão dos recursos humanos e o desempenho dos profissionais, assegurar a sustentabilidade financeira, elevar o nível de humanização dos serviços com ênfase no atendimento, assegurando a harmonização efectiva entre os diferentes níveis de cuidados e os diversos sectores, incluindo o público e o privado.

Programa: Equidade no acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário

Este programa pretende melhorar o acesso e a equidade dos serviços de cuidados de saúde, bem como o acesso e a utilização dos serviços tanto na componente preventiva como curativa.

Medidas/acções

- Requalificação e apetrechamento dos hospitais e centros de saúde existentes;
- Capacitação dos recursos humanos do sistema nacional de saúde;
- Melhoria da qualidade de serviços de atendimento e consequente redução do tempo de espera nos estabelecimentos hospitalares;
- Gestão mais eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos.

Emprego, segurança e protecção social

Os mecanismos actuais de protecção e segurança social não beneficiam de forma efectiva todos os santomenses em situação risco e vulnerabilidade social, deixando de fora uma importante franja da população necessitada.

O desemprego, particularmente, o desemprego jovem, constitui uma das principais preocupações do Governo. A taxa de desemprego entre as pessoas com 15 ou mais anos de idade atinge 13,6%, sendo 9,3% para os homens e 19,7% para as mulheres. A taxa de desemprego entre os jovens é de 23%.

Programa: Reforço institucional e normativo da administração de emprego e trabalho e formação profissional

- Revisão e actualização da Legislação Laboral;
- Formação dos quadros técnicos no domínio de estatística de trabalho e análise de dados;
- Criação de uma base de dados com indicadores de mercado de trabalho;
- Formação do pessoal nas seguintes áreas da administração do trabalho: (legislação laboral, relações de trabalho, protecção laboral/serviços laborais básicos, emprego e formação profissional, informação);
- Realização das acções de formação sobre segurança, higiene, saúde no trabalho/prevenção de riscos profissionais;
- Apetrechar a Inspecção-geral do trabalho com equipamentos mínimos necessários para o seu funcionamento.

Programa: Promoção do Auto-emprego, emprego decente e Empreendedorismo de mulheres e jovens

- Formação de 200 mulheres no domínio de empreendedorismo com vista à criação de auto-emprego;
- Formação e capacitação de jovens empreendedores na área de gestão de negócios;
- Implementação de um dispositivo de incubadora de projectos;

- Realização do estudo sobre o comportamento e importância do sector informal no emprego e na economia nacional;
- Apoio técnico aos operadores do sector informal através da provisão de serviços de desenvolvimento de negócios e de ações formativas;
- Zelar pela ratificação das normas e convenções internacionais de trabalho.

Programa: Desenvolvimento do sistema de protecção e segurança social

Este programa visa a adopção de um conjunto de transferências de facilidades e serviços fundamentais às quais todos os cidadãos deverão ter acesso, isto é, uma protecção social que coloca tónica sobre os mais vulneráveis "pobreza extrema".

Medidas/acções:

- Promoção de iniciativas empresariais geradoras de postos de trabalho;
- Desenvolvimento de programas de capacitação e de estágios para os jovens;
- Implementação do programa de apoio ao empreendedorismo jovem;
- Reforço de integração social dos grupos/famílias vulneráveis;
- Reforço de capacidade técnica, institucional e administrativa do sector de emprego, segurança e protecção social;
- Melhoria da integração dos pobres e grupos vulneráveis na economia, através do apoio a trabalhos públicos comunitários;
- Melhoria de pensões sociais aos indivíduos desprovidos de qualquer cobertura de previdência social;
- Reforço de protecção aos grupos em situação de risco e ou exclusão (idosos, deficientes, doentes crónicos, órfãos, famílias vulneráveis);
- Apoio às pessoas vítimas de catástrofes naturais (derrocadas, incêndios, cheias, vendaval, etc.);
- Criação de mais centros comunitários de desenvolvimento /centros do dia.

Justiça

O estado actual da justiça, a qualidade dos serviços prestados, a falta de confiança dos cidadãos nas instituições da justiça é deveras preocupante, pelo que, o Governo considera fundamental levar a cabo um conjunto de reformas e acções no domínio da Justiça enquanto exigência nacional indispensável à consolidação do sistema

democrático e dos valores da cidadania, a protecção e a garantia dos direitos dos cidadãos visando uma justiça com qualidade e mais célere e mais acessível.

O sistema judicial enfrenta seguintes principais constrangimentos (i) a falta de meios físicos e humanos para o bom funcionamento dos tribunais, (ii) a debilidade organizacional e humana da ordem dos advogados, (iii) a interferência frequente do poder político ou económico no decorrer dos processos judiciais, (iv) a fragilidade do mecanismo de controlo existente, (v) difícil acesso a justiça;

Neste contexto, são propostos os seguintes programas e medidas:

Programa: Credibilização e melhoria da acessibilidade da Justiça

Uma das grandes preocupações deste sector é a modernização do aparelho judiciário, enquanto veículo de prestação de serviços de qualidade e de melhor qualidade.

O objectivo do referido programa é o de melhorar a performance do sistema jurídico e judiciário de São Tomé e Príncipe e tornar os serviços mais acessíveis aos cidadãos.

Medidas/acções:

- Dotar os Tribunais e o Ministério Público de um número suficiente de juízes e magistrados, com base na complexidade dos serviços, e em conformidade com a nova Lei Base do Sistema Judiciário;
- Implementar os tribunais ou secções com competências especializadas, família e menor,
- Formação e capacitação dos Magistrados e dos agentes e funcionários da Justiça;
- Criação de um serviço de Inspeção que permita a avaliação de desempenho dos Juízes e dos Magistrados do Ministério Público, e cuja figura de inspector, deverá revestir ainda a de orientar e formar para além do desempenho do Magistrado, propor soluções a um melhor desempenho do tribunal;
- Prossecução da reforma legislativa e actualização dos diplomas;
- Adopção de mecanismos legais de resolução de conflitos extrajudicial,
- Implementação de modelos de realização de justiça de proximidade,
- Informatização e integração dos Tribunais MP DGRN e PJ
- Recuperação dos Livros de Assentos de Nascimentos;
- Informatização e digitalização dos serviços gerais do Registos Notariados;
- Implementação do plano estratégico da DGRN.

Programa de prevenção e combate à delinquência e à criminalidade

- Implementação da Policia Judiciaria, com redimensionamento dos serviços e recursos humanos, dos meios materiais e de investigação criminal e científica;
- Criar e implementar programas de inserção social dos reclusos, permitindo a ressocialização dos mesmos.
- Reforço da capacidade Institucional no apoio e aconselhamento de vítimas de violência
- Prossecução da campanha nacional de combate a droga,
- Desenvolvimento de programa televisivo sobre a violência e a criminalidade
- Elaboração do plano estratégico nacional de combate ao tráfico e consumo de droga;

Programa: Promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Protecção dos Menores

- Adesão e ratificação das convenções internacionais sobre direitos humanos;
- Campanha de informação e sensibilização sobre a promoção dos direitos humanos e da cidadania;
- Criação e institucionalização da Comissão Nacional dos Direitos Humanos.
- Implementação de política nacional de protecção de menores
- Transposição para o direito interno das normas constantes das Convenções Internacionais ratificadas pelo país;

Programa: Promoção da Igualdade e Equidade de Género

Este programa visa o reforço do mecanismo institucional de promoção económica das mulheres no meio rural e urbano

Medidas/ acções

- Elaboração e implementação de um programa de reforço das capacidades dos pontos focais sectoriais, regional e distritais no domínio de integração das questões de género, de forma a assegurar a eficácia da igualdade e equidade de género nas políticas e planificação dos diversos sectores;
- Mobilização social e sensibilização de todos os intervenientes na promoção de igualdade e equidade de género;
- Reforço da capacidade de participação das mulheres em todos os sectores de actividade económica;
- Promoção de acções que permitam a eliminação de todas as formas de violência, sobretudo as baseadas no género;

- Mobilização de recursos para implementação das acções que promovam a igualdade e equidade de género.

Comunicação social

Programa: Promoção dos Mass Medias

Medidas/acções:

- Melhoria do quadro legislativo e regulamentar para o exercício da profissão jornalística;
- Reforço das capacidades institucionais dos órgãos de comunicação social público;
- Incentivar a criação de órgãos de comunicação social privados;
- Criação e dinamização de programas culturais, educativos e de divulgação da ciência e tecnologia.
- Aumentar a capacidade de promoção de conteúdos pelos órgãos de comunicação social;
- Reforço da capacidade técnica dos órgãos de comunicação social e melhoria de sua cobertura nacional;

Juventude e Desporto

O Instituto Nacional da Juventude defronta-se com inúmeras limitações que condicionam o seu desempenho, nomeadamente: (i) fraqueza do quadro legal e regulamentar da estrutura operacional do Instituto da Juventude (IJ); (ii) insuficiência de meios financeiros e logísticos; (iii) dificuldades em matéria de coordenação e garantia de sustentabilidade das acções e projecto já desenvolvidos; (iv) falta de espaço próprio.

A situação do desporto nacional é preocupante e reflecte o quadro de carências do próprio país expressas em: Deficiente institucionalização do desporto; Falta de recursos humanos, material e financeiro; Carência e exiguidade do parque de instalações desportivas.

Programa: Promoção do desenvolvimento da juventude;

Este programa tem como objectivo facilitar a integração da juventude em todos sectores da vida nacional, permitindo-lhes uma maior participação no processo de desenvolvimento.

Medidas/acções:

- Promoção do associativismo e voluntariado;
- Promoção de actividades para a ocupação de tempos livre dos jovens;
- Reforço das acções de informação e comunicação para a mudança de comportamento da população juvenil;
- Realização de actividades de sensibilização para promoção de saúde sexual reprodutiva e contra o consumo de drogas;
- Criação de uma cooperativa de jovens artesãos através do projeto de apoio a produção do artesanato em STP;
- Reforço o quadro legal e regulamentar do Instituto da Juventude

Programa: Promoção do Desporto Jovem;

Este programa visa a prática de desporto nas mais distintas modalidades, como elemento promotor da saúde física, mental e psicológica, de um saudável espírito competitivo, de fomento do espírito de pertença nacional e de interiorização da prática desportiva como contributo importante ao convívio.

Medidas/acções

- Mobilização de meios técnicos e financeiros para realização de jogos juvenis da CPLP em 2018;
- Formação e capacitação dos quadros técnicos do MJD
- Melhoria das infraestruturas desportivas;
- Massificação e orientação da prática do Desporto;
- Promoção da participação dos jovens nas actividades desportivas;
- Promoção da educação e ensino através da revitalização do Desporto Escolar.

Cultura

A cultura é um elemento de coesão e de desenvolvimento nacional e São Tomé e Príncipe possui um património histórico e cultural rico e diversificado que necessita ser conhecido, preservado e valorizado. Neste sentido, o Governo pretende adoptar

programas e medidas de políticas que garantam a afirmação da identidade cultural e a preservação do património histórico e cultural de São Tomé e Príncipe.

Programa: Valorização e preservação da identidade histórica -cultural de STP

A finalidade do programa é reforçar a identidade cultural de STP, de forma a contribuir para a valorização da cultura, através da implementação de estratégias que permitam responder as necessidades de todos os cidadãos.

Medidas/acções:

- Reforço da capacidade institucional da Direcção da Cultura;
- Definição e inventariação do património cultural nacional em estreita colaboração com as Câmaras Distritais e com a Região Autónoma do Príncipe;
- Resgatar os valores ético-morais, através do reforço da identidade cultural nacional;
- Divulgação e expansão dos costumes, tradições e valores nacionais nos estabelecimentos do ensino.

Política externa e cooperação internacional

A política externa e a cooperação internacional do Governo desempenham um papel fundamental na promoção, estabelecimento e fortalecimento das relações de amizade com os Estados, países e organizações internacionais e na mobilização de recursos para a implementação da agenda de transformação.

Neste contexto, o Governo continuará a apostar na relação bilateral e multilateral dando primazia à manutenção da paz e segurança e na diplomacia económica para mobilização de financiamentos e promoção investimentos para o desenvolvimento do nacional.

Programa: Reforço da cooperação internacional e diplomacia externa

Medidas/acções

- a) Promover as relações económicas e comerciais através de um programa coerente e eficaz de diplomacia económica;

- b) Consolidar, aprofundar e expandir as relações de amizade e de cooperação com outros Estados;
- c) Identificar e nomear Cônsules honorários em regiões de maior interesse estratégico;
- d) Capitalizar as oportunidades de parcerias económicas com os países da região da Euro-Ásia e Sudoeste Asiático;
- e) Fortalecer a cooperação com os países da sub-região;
- f) Promover o estabelecimento e consolidação de parcerias intra-africanas mutuamente vantajosas, particularmente a nível da Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC);
- g) Mobilizar recursos para a implementação da agenda de transformação no quadro dos fóruns multilaterais;
- h) d) Promover a integração de cidadãos santomenses nas organizações internacionais de que o País é membro;
- i) Reconfigurar, redimensionar e modernizar os serviços diplomáticos e consulares
- j) Encorajar a comunidade santomense no exterior a contribuir para o desenvolvimento do País;
- k) Incentivar a integração da mão-de-obra santomense especializada na diáspora no mercado de trabalho nacional;
- l) Proteger e defender os interesses e direitos dos santomenses na diáspora

Defesa

O narcotráfico, o contrabando de armamento, o terrorismo e a proliferação de outros crimes, como a pirataria, a delapidação de recursos marinhos, o tráfico de pessoas, o branqueamento de capital, põem em causa a segurança dos Estados, e obriga que São Tomé e Príncipe por razões estratégicas reoriente a sua política de defesa e segurança, com vista a conferir as forças e serviços de defesa e segurança de valências que necessitam para fazer face a esses desafios e garantir a segurança coletiva dos cidadãos. Neste contexto, o apetrechamento das Forças Armadas e a capacitação dos recursos humanos constitui uma premissa fundamental para a garantia da segurança em domínios fundamentais, tais como o patrulhamento e controlo da Zona Económica Exclusiva. O reforço do número de horas de patrulhamento marítimo com recurso a novos meios para a Guarda Costeira ganha

especial relevo neste âmbito, assim como a promoção da participação em operações militares conjuntas.

Programa: Promoção da Defesa Nacional

Com este programa preconiza-se: (i) preservar a integridade territorial nacional; (ii) lutar contra a insegurança e a criminalidade transfronteiriça e a proliferação de armas ligeiras; (iii) dinamizar a engenharia militar; (iv) participar em actividades de manutenção da paz ao nível do continente.

Medidas/acções:

- Formação e capacitação de recursos humanos com o apoio dos parceiros de cooperação nos domínios das operações de salvamento e segurança marítima;
- Garantia da participação das Forças Armadas em Operações de Ajuda Humanitárias, conduzidas sob e égide da Organização das Nações Unidas, e no âmbito da União Africana (UA), na Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEAC) e na Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD);
- Expansão da área de vigilância e controlo do mar, visando a proteção de recursos e operações de salvamento no mar.
- Implementação de mecanismos que visem o controlo efetivo do uso de armas, munições e outros engenhos explosivos, procedendo a recolha das que estejam em situação ilegal.
- Melhoria da componente infra-estrutural e equipamentos;
- Revisão do quadro jurídico que regula as Forças de Defesa;

Segurança Pública e Ordem Interna

O Governo pretende promover a segurança pública, reduzir o nível de criminalidade e sinistralidade rodoviária, de incêndio urbanos e florestais no país, combate ao tráfico de seres humanos, a imigração ilegal, reforçar a fiscalização aduaneira e as capacidades institucionais dos referidos sectores.

Programa: Reforço Institucional do Sector Administração Interna

Este programa visa combater a criminalidade e reduzir a sinistralidade rodoviária, garantir a eficácia da operacionalidade dos sectores encarregues pela segurança e a tranquilidade públicas.

Medidas/acções

- Modernização e racionalização o sistema de segurança interna, de forma a torná-lo mais coordenado, eficaz e operativo;
- Reorganização dos procedimentos e os recursos humanos de modo a libertar o maior número de elementos das forças de segurança para trabalho operacional;
- Consolidação do sistema de Protecção Civil;
- Reforço da capacidade organizativa e administrativa do poder Local e Regional;
- Promoção do capital humano das Forças de Segurança Pública;
- Criação de condições que concorram para a prevenção e combate de incêndios e outras calamidades.
- Combate ao tráfico de seres humanos;
- Melhorias de condições de habitabilidades e de mobilidade das Forças e Serviços de Segurança;